

Restos a pagar: prorrogação do prazo dará fôlego para investimentos locais

A Presidência da República publicou a prorrogação para 30 de novembro do prazo dos Restos a Pagar (RAP) de 2014. A medida possibilita que os municípios tenham recursos para dar continuidade aos projetos que estão em fase de aprovação. Antes do decreto, o prazo se encerraria no dia 30 de junho. **Pág. 4**

FNP promove debate sobre PECs dos Precatórios e renegociação de dívidas

No dia 8 de julho, em São Paulo/SP, a FNP promoverá uma reunião técnica para debater duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que tramitam na Câmara dos Deputados e instituem regime especial para pagamento de precatórios. Estratégias para a renegociação das dívidas dos municípios com a União e bancos públicos também estarão na pauta. **Pág.12**

Lei autoriza a entrada em imóveis fechados para combater Aedes aegypti

Divulgação



O presidente da República interino, Michel Temer, sancionou Lei que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da Dengue, da febre Chikungunya e do Zika vírus. A nova regra, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de junho, é resultado de Medida Provisória (MP) enviada ao Congresso Nacional em 1º de fevereiro. **Pág. 11**

FNP busca isonomia na renegociação das dívidas com a União



Paulo Negreiros / FNP

A garantia de tratamento igualitário ao dado aos estados pela União, nas renegociações das dívidas é o que a FNP busca para os municípios. Para avançar nas negociações, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, esteve em Brasília/DF com os ministros da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, e da Fazenda (MF), Henrique Meirelles. **Págs. 2 e 3**

Cidades preparam o IV EMDS que já tem data e local confirmados

O maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) será no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, de 24 a 28 de abril de 2017. As reuniões de planejamento e organização já começaram. Nos dias 30 de junho e 1º de julho, Belo Horizonte/MG recebeu três prefeitos e mais de 100 representantes de diversos municípios para iniciar a preparação e os debates para a construção do evento. **Págs. 6 e 7**



Copa 2014 / Divulgação

EDITORIAL

Tratamento isonômico

A renegotiação das dívidas dos municípios com o governo federal, tema recorrente na agenda da FNP, permanece atual. Depois de árduo trabalho para a alteração do indexador dos contratos para índices mais justos e de acordo com o momento econômico do país, 180 prefeitos e prefeitas estão pleiteando retomar as negociações.

Agora, a luta é por tratamento isonômico. No dia 20 de junho, depois de diversas decisões liminares do Supremo Tribunal Federal, os estados acordaram com o governo federal novas regras para suas dívidas. No entanto, esses benefícios (veja mais na página 3) não foram estendidos aos municípios, embora a FNP tenha pleiteado, sem receber resposta, espaço para participar das negociações.

O tratamento isonômico entre entes federados é uma prerrogativa constitucional. Precisamos vencer preconceitos e o discurso fácil do descaso com o dinheiro público. A demanda da FNP mais do que um clamor, trata-se de justiça federativa e de zelo com os recursos municipais.

Assim, continuamos o trabalho para garantir às cidades o mesmo acordo concedido aos estados. Encaminhamos ofício ao presidente da República interino, Michel Temer, e temos mantido reuniões com ministros e técnicos.

Além da necessidade de tratamento equivalente, há outra questão em pauta: o fechamento de contas do ano, especialmente neste, que também é de encerramento de mandatos e, no qual, a crise econômica, inegavelmente, afetou drasticamente os cofres municipais.

Para os prefeitos e prefeitas que viveram a situação de 'enxugar gelo', pagando juros de uma dívida que não diminuía, a isonomia com estados auxiliará a fechar o ano. A FNP trabalha ainda para que os financiamentos dos municípios com o Banco do Brasil, Caixa e BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) também estejam sujeitos a essas regras excepcionais. Assim, ainda mais municípios serão contemplados, beneficiando diretamente a população.

Acompanhe essa pauta no site www.fnp.org.br

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Philippe Cedro. Tiragem: 12 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 7/07/2016.

População de Goiânia recebe o primeiro parque linear

Até o fim deste semestre, o prefeito de Goiânia/GO, Paulo Garcia, terá entregue à população mais da metade das obras licitadas do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (Puama), o primeiro parque linear de Goiânia, com 24 quilômetros de extensão.

O projeto influencia diretamente 132 bairros e está requalificando a área que margeia o Córrego Macambira e o Ribeirão Anicuns, "dando condições para a comunidade interagir com o meio ambiente de maneira saudável, instrutiva", avaliou o coordenador dos projetos especiais da prefeitura, Nelcivone Melo. O projeto prevê ainda a implantação de mais de 40 quilômetros de cicloviás e igual comprimento de pista

de caminhada e atletismo.

"O Puama e o BRT (Bus Rapid Transit) são as maiores obras da minha gestão. Não por acaso são iniciativas voltadas para o meio ambiente e a mobilidade urbana: eixos das políticas de desenvolvimento sustentável que apresentamos à sociedade durante a campanha", explica Paulo Garcia.

Macambira Anicuns

A prefeitura executa o Puama através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesta primeira etapa, de seis quilômetros, o conjunto de obras licitado contém um dos dois parques ambientais urbanos esperados - o Parque Ambiental Macambira (PAM) - e os setores 1, 2

(parcial) e 3 (de uma divisão em 11 setores).

As intervenções incluem serviços de construção civil, paisagismo, arquitetura, urbanização, pavimentação, micro e macrodrenagem, bueiros, recuperação de fundos de vale e canais, correção de erosões e recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs), além de trabalho de educação ambiental direto com a comunidade. Até o momento já foram plantadas 20 mil das 120 mil mudas de espécies nativas do bioma Cerrado estimadas.

A conclusão da primeira etapa contratada está prevista para o segundo semestre de 2016 ■



Duque de Caxias aposta na transparência na gestão

Desde 2014 o morador de Duque de Caxias/RJ sabe quanto a prefeitura gasta em obras, salários, equipamentos ou material para hospitais e unidades de saúde. Isso graças ao Portal da Transparência, uma ferramenta de grande importância para o cidadão, que tem como acompanhar onde é investido o dinheiro arrecado pelos cofres do município.

O termo transparência é seguido à risca, tanto que o Ministério Público Federal (MPF) acaba de conceder nota 10 ao portal por cumprir todas as normas exigidas pela Lei Federal 12. 527, de

18 de novembro de 2011, que determina aos órgãos dos governos federal, estadual e municipal a prestarem contas aos cidadãos sobre contratos, despesas com pessoal e informações de interesse público em portais via internet e de um canal de atendimento ao cidadão.

Implantada no início da gestão do atual prefeito, Alexandre Cardoso, a Comissão Permanente de Acompanhamento da Transparência Municipal é integrada por representantes das secretarias de Governo, Fazenda e Controle Interno e da Ouvidoria; além da Procuradoria Geral

do município.

Segundo o prefeito Cardoso a implantação do Portal foi fundamental. "Desde o início procuramos fazer um governo transparente e a criação do Portal da Transparência foi fundamental para tornarmos pública todas as informações sobre gastos e receitas da prefeitura. Desse modo a população pode acompanhar e fiscalizar nossa administração, saber desde o preço do medicamento, ao salário do prefeito, e todas as compras feitas pela prefeitura. Essa é a forma de governar que acredito", explicou o prefeito ■

Boas práticas indicadas pelos municípios

AGENDA

*Agendas do IV EMDS em destaque

| DATA | EVENTO | LOCAL | INFORMAÇÕES |
|-------------------|---|----------------------|--|
| 6 a 8 de julho | Forum Global Anual sobre Cidades Resilientes e Adaptação | Bonn (Alemanha) | resilient-cities.iclei.org |
| 10 a 14 de julho | World Cities Summit | Singapura | www.worldcitysummit.com.sg |
| 13 de julho | 122ª Reunião Ordinária do Conama | Brasília/DF | www.mma.gov.br/port/conama |
| 25 a 27 de julho | III Comitê Preparatório (último) para Habitat III – PREPCOM III | Surabaya (Indonésia) | www.habitat3.org |
| 27 e 28 de julho | 5º Seminário de Gestão Pública Fazendária – SGESP | Ribeirão Preto/SP | www.srcasp.pmrp.com.br |
| 23 e 24 de agosto | Seminário Nacional NTU | Brasília/DF | www.ntu.org.br |
| 26 de agosto | 1ª Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS | Belo Horizonte/MG | www.fnp.org.br * |
| 26 de agosto | 1ª Reunião do Conselho Curador do IV EMDS | Belo Horizonte/MG | www.fnp.org.br * |
| 09 de setembro | 2ª Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS | São Paulo/SP | www.fnp.org.br * |

Prefeitos querem isonomia com estados na renegociação de dívidas com a União

Paulo Nogueiras / FNP



Ministro Meirelles recebeu prefeito Marcio Lacerda

Para avançar nas negociações para que os municípios tenham tratamento isonômico aos estados na repactuação de dívidas e pedir auxílio para o fechamento de contas do ano, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, esteve em Brasília/DF, no dia 27 de junho, para duas reuniões. A primeira, com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, e a segunda, com o ministro da Fazenda (MF), Henrique Meirelles e o secretário-executivo, Eduardo Guardia.

“Estamos trabalhando para que os municípios tenham os mesmos benefícios que os estados na repactuação e para contemplar nessa renegociação os contratos que estão em andamento com o Banco do Brasil, a Caixa e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Assim, o benefício se estenderá para além dos 180 municípios, refletindo diretamente nos cofres públicos de mais cidades”, afirmou Lacerda.

As reuniões foram desdobramentos de um documento enviado pela FNP ao presidente da República interino, Michel Temer, no dia 21 de junho, diante do acordo, firmado no dia 20 de junho, que prorrogava o pagamento das dívidas dos estados até dezembro de 2016. No ofício, a FNP reafirmou o pleito para a repactuação de dívidas dos municípios nos moldes acordados com os estados.

Ainda no dia 21, o prefeito de São Paulo/SP, Fernando Haddad falou das tratativas da entidade para avançar na questão. “Tenho conversado com o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte/MG, e nós já fizemos chegar ao Palácio do Planalto que nós, até por isonomia, queremos o mesmo tratamento dado aos estados, com a suspensão do pagamento em 2016 e

retomada em 2017”, falou na ocasião.

No documento, a FNP destacou sua ampla participação na renegociação das dívidas dos municípios com a União, realizando diversas reuniões nas esferas dos Poderes Executivo e Legislativo federais. No entanto, não houve entendimento adequado que atendesse às necessidades de restabelecimento do equilíbrio financeiro e fiscal dos municípios brasileiros.

“Nós queremos convencer o governo federal que os municípios precisam e têm os mesmos direitos aos benefícios que foram concedidos aos estados. Vamos pedir um tratamento isonômico”, afirmou o prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette, que acredita que a suspensão do pagamento da dívida por seis meses traria um fôlego aos cofres públicos da prefeitura.

O governo federal sinalizou positivamente ao pleito da FNP em diversos momentos, no entanto a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou, no dia 28 de junho, que “não existe espaço fiscal para novas concessões”. Mesmo assim, a FNP dará continuidade às articulações, embora alguns prefeitos estudem judicializar a questão.

Levantamento do valor do serviço da dívida

No dia 23 de junho, secretários de finanças de capitais brasileiras se comprometeram em promover um



Pleito das dívidas foi debatido com ministro Geddel

levantamento do valor do serviço da dívida que os municípios contabilizarão até o final deste ano com os bancos públicos (Caixa Econômica, Banco do Brasil, e Banco Nacional de Desenvolvimento). Essa pauta, proposta pela FNP, foi um dos temas da 2ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) de 2016, em Curitiba/PR, no dia 23 de junho.

Renegociação das dívidas dos estados

O presidente interino anunciou no dia 20 de junho que o governo federal concordou em suspender até o fim de 2016 o pagamento das parcelas mensais de dívidas dos estados com a União e alongar as dívidas estaduais por mais 20 anos. Entre os principais pontos do acordo, estão:

- Alongamento do prazo das dívidas dos estados com a União por mais 20 anos;
- Suspensão do pagamento das parcelas mensais da dívida até o fim de 2016;
- Cobrança a partir de janeiro de 2017 de 5,55% do valor total da parcela, com aumento gradual de 5,55 pontos percentuais por 18 meses, até atingir em 100% o valor da parcela original;
- Alongamento por 10 anos, com 4 anos de carência, de cinco linhas de crédito do BNDES;
- Pagamento da parcela cheia pelos estados a partir de meados de 2018;
- Inclusão dos estados na proposta enviada pelo governo ao Congresso sobre teto dos gastos públicos.

Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, os estados deixarão de pagar cerca de R\$ 50 bilhões ao governo federal até 2018 pela renegociação de suas dívidas, sendo R\$ 20 bilhões só em 2016 ■

Atuação da FNP desde 2014



1º de Setembro/2014

Prefeitos reivindicam a mudança do indexador das dívidas em Carta dos Prefeitos e Prefeitas da FNP aos Candidatos à Presidência da República.

26 de Novembro/2014

Sancionada a Lei Complementar nº 148, trazendo novas regras para os contratos.

07 de Maio/2015

Reunião de prefeitos da FNP com o presidente da Câmara dos Deputados.

17 de Junho/2015

Nova reunião de prefeitos da FNP com o presidente da Câmara dos Deputados e com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

05 de Agosto/2015

Congresso aprova a Lei Complementar nº 151, determinando a entrada em vigor das novas regras, independente de regulamentação, em 1º de fevereiro de 2016.

08 de Outubro/2015

Prefeitos da FNP alertam para urgência na regulamentação dessas leis, em carta aos presidentes dos três poderes.

19 de Novembro/2015

A aplicação dos novos indexadores esteve na pauta da reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF).

29 de dezembro/2015

Governo federal publica Decreto nº 8.616, que traz novos critérios para os financiamentos que haviam sido estabelecidos pelas Leis Complementares.

28 de janeiro/2016

Partidos políticos entram com ação no STF.

03 de fevereiro/2016

Prefeitos da FNP se reúnem com o então ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, em busca de entendimento com o governo.

11 de fevereiro /2016

Governo federal edita Decreto nº 8.665/2016, alterando a regulamentação da renegociação, confirmando que aditamentos não configuram novas operações de crédito.

24 de maio /2016

FNP envia, ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, ofício reivindicando participação nos debates dos estados com a União.

20 de junho /2016

União acorda regras de renegociação com estados, suspendendo pagamentos até dezembro de 2016.

21 de junho /2016

FNP encaminha documento pedindo tratamento isonômico para os municípios.

27 de junho /2016

Reunião com ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Meirelles.

Senado Federal aprova alteração no Simples Nacional

O Plenário do Senado Federal concluiu, no dia 28 de junho, a votação do Projeto de Lei Complementar nº 125/2015, que trata da atualização das regras para o enquadramento das empresas no Simples Nacional. A votação teve início no dia 21 de junho, com a aprovação do texto base, mas foi submetido a um turno extra de votação, por se tratar de um substitutivo. A proposta segue, agora, para nova análise na Câmara, antes de ir à sanção presidencial.

No texto base, a senadora Marta Suplicy, que é relatora da matéria, já havia atendido principal reivindicação da FNP ao suprimir dispositivos que autorizavam o contribuinte optar pelos benefícios do Simples Nacional, mantendo os benefícios do regime normal de tributação. A

justificativa para o pleito é que essa alternativa poderia inaugurar a possibilidade de guerra fiscal entre os municípios dentro do Simples, aumentando, ainda, a complexidade no Sistema Tributário Nacional.

“Essa mudança no texto é muito importante para os municípios. A FNP continuará acompanhando a tramitação do PLC”, falou o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, na ocasião.

Reivindicações

A FNP, com apoio técnico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), enviou um ofício, no dia 17 de junho, reivindicando pontos no Projeto com o objetivo de propor alternativas para evitar a frustração de receita dos municípios, mas sem prejuízo

para o fortalecimento das micro e pequenas empresas. O documento foi enviado à senadora e ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

PLC

Com as alterações, o Projeto apresenta novas regras que começam a valer a partir de 2018. Entre elas, destaque para o fato de empresas de pequeno porte com receitas brutas de até R\$ 4,8 milhões ao ano poderem aderir ao regime tributário. Hoje, o teto para participação dessas empresas no programa é de R\$ 3,6 milhões anuais. O texto também prevê também uma emenda que altera o limite de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) de R\$ 60 mil para R\$ 82 mil ■

União prorroga prazo de Restos a Pagar

CONQUISTA da FNP

A Presidência da República publicou, no dia 30 de junho, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), o Decreto nº 8.795/2016, que prorroga para 30 de novembro o prazo dos Restos a Pagar (RAP) de 2014. A medida possibilita que os municípios tenham recursos para dar continuidade aos projetos que estão em fase de aprovação.

A prorrogação, que contempla principalmente as despesas decorrentes de emendas individuais, é mais uma conquista da FNP, que colocou o tema em debate entre os prefeitos, em reunião realizada em Brasília/DF, no dia 18 de maio. O ponto importante constou da carta com propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades entregue ao governo federal.

De acordo com o decreto, a Secretaria do Tesouro Nacional, (STN) do Ministério da Fazenda, efetuará, na data prevista, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados. As unidades gestoras executoras responsáveis pelos empenhos bloqueados providenciarão os desbloqueios e a STN deverá providenciar, em 31 de dezembro de 2016, o cancelamento no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) dos saldos que permanecerem bloqueados.

Antes do decreto, os restos a pagar de 2014 se encerrariam no dia 30 de junho deste ano, o que poderia ocasionar na perda de grande parte de recursos provenientes de convênios celebrados com a União ■

STF julga recurso que discute cobrança de ISS sobre atividade de planos de saúde

O Supremo Tribunal Federal (STF) está analisando recurso que discute a cobrança do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre as atividades de planos e seguros de saúde. Após o voto do relator, ministro Luiz Fux, a análise da matéria foi suspensa por pedido de vista formulado pelo ministro Marco Aurélio, no dia 15 de junho. Já no dia 29, o ministro devolveu os autos para julgamento.

A decisão a ser tomada pelo STF deverá ser aplicada a, pelo menos, 27 processos que aguardam julgamento. No caso em questão, o Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda., que tem plano de saúde próprio, questiona cobrança de ISSQN pelo município de Marechal Cândido Rondon/PR. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) entende que a lei municipal que prevê a cobrança não é inconstitucional, na medida em que repete incidência prevista na Lei Complementar (LC) 116/2003, exceto quanto à base de cálculo.

Antes de iniciar o seu voto, o ministro Fux ressaltou a relevância da matéria em julgamento e discordou do questionamento do Hospital. O

ministro considerou ainda que a “natureza securitária alegada pelas operadoras de saúde para infirmar incidência do ISSQN (...) não indica fundamento capaz de afastar a cobrança”.

Como se trata de recurso de repercussão geral, Fux propôs que as operadoras de planos e seguros de saúde realizem prestação de serviço sujeito à incidência de imposto sobre serviço de qualquer natureza, previsto no art. 156, inciso III, da Constituição Federal.

Segundo o assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais Brasileiras (Abrasf), Ricardo Almeida, o voto do ministro Fux foi substancial e favorável aos municípios brasileiros.

O prefeito de Apucarana/PR, Beto Preto, foi responsável por promover, a pedido da FNP, a interlocução entre o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Moacir Luiz Froehlich, e a Abrasf, que auxiliou tecnicamente o município.

Vista

Ao pedir vista, o ministro Marco Aurélio afirmou que a questão tratada neste recurso é

de grande relevância. Lembrou que a Lei federal 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, define a atividade do recorrente como atividade ligada a seguro, cuja competência para impor tributos é da União. Este é inclusive um dos argumentos que questionaram a incidência do ISSQN na sessão. O representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) afirmou que o Estado é incapaz de prestar os serviços de saúde, por isso delega essa atividade aos planos de saúde, mas estes estão sendo “sufocados por uma tributação perversa”. Lembrou ainda que o mercado de saúde suplementar se deteriorou nos últimos anos, em razão da queda na renda das famílias, e isso terá impacto no Sistema Único de Saúde (SUS).

Também foram admitidos como amicus curiae a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o município de São Paulo, a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais Brasileiras (Abrasf) e a Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abrange) ■

Ipea debate proposta de indicadores de arrecadação do IPTU

Gestores, técnicos municipais e representantes da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) participaram dia 21 de junho, em Brasília/DF, do seminário “Fortalecendo o Autofinanciamento dos Municípios - O Potencial Pouco Explorado do IPTU”. O encontro foi realizado pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com apoio da FNP.

Conforme destacou o técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Rodrigo Octávio Orair, palestrante do evento, com a queda do desempenho econômico no país a partir de 2012, a arrecadação municipal teve seu crescimento drasticamente reduzido, com perdas de valores reais. “Contudo, durante esse período de queda, o IPTU foi a única fonte de arrecadação que manteve-se estável”, explicou, apontando que o IPTU é o tributo ideal para o financiamento municipal.

Ainda segundo o pesquisador, a transparência, progressividade e vinculação à propriedade e o fortalecimento dos serviços no local, criando um círculo virtuoso entre valorização dos imóveis locais e a

prestação de serviços públicos são algumas das especificidades que fazem do IPTU uma boa alternativa para custeio de despesas nos municípios.

Para auxiliar no entendimento quanto ao potencial pouco explorado do IPTU, Orair apresentou uma proposta de indicadores de eficiência de cobrança do tributo.

De acordo com o técnico do Ipea, na proposta, os municípios foram agrupados conforme sua classificação no estudo “Regiões de Influência das Cidades (Regic)”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentro dessa classificação, variáveis ambientais como população, densidade urbana, índice de vulnerabilidade social, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, macrorregião em que se localiza, polo turístico e outros aspectos foram considerados.

A proposta do Ipea apresentada durante o seminário é resultado de debates promovidos em reuniões com a FNP, a Abrasf e a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República. O objetivo é que os municípios testem os indicadores e façam sugestões de aprimoramento ■

Comissão mista aprova parecer para renovação de contratos dos estrangeiros do Mais Médicos

A prorrogação por três anos dos contratos e do visto temporário dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos para o Brasil teve a aprovação do parecer favorável ao texto do relator, senador Humberto Costa, pela comissão mista, no dia 6 de julho. O texto da Medida Provisória (MP) segue para a Câmara e depois para o Senado.

Audiência Pública

No dia 5 de julho, foi realizada audiência pública sobre o tema. Na ocasião, o relator da MP, anunciou que seu parecer favorável ao pedido da FNP que defende a prorrogação do prazo aos médicos.

Segundo Costa, o programa se tornou vitorioso para o povo. “O Mais Médicos não é apenas a vinda de médicos para áreas remotas e periferias de nossas cidades, é também a abertura de novas vagas de medicina e a formação de novos

profissionais” afirmou.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, ressaltou a importância da aprovação da MP e se disse satisfeito com a adesão de médicos brasileiros ao programa após as primeiras fases, quando poucos profissionais brasileiros se inscreveram. “Em pouco tempo, antes mesmo do que imaginamos, o programa será composto por sua totalidade de médicos brasileiros formados no nosso país”.

Barros ainda lembrou a mobilização dos municípios, em especial da FNP, para a execução do Mais Médicos e à assinatura da Medida Provisória, dia 29 de abril, pela presidente da República Dilma Rousseff, que prorrogou o programa. “Foram os prefeitos que se fizeram presentes e pressionaram o governo a assinar o decreto. Eles estão corretos em pedir a continuidade desse programa, tão importante para o país, que mais da metade dos mu-

nicipios foram contemplados com médicos para a Saúde da Família”, disse o ministro frisando que o governo já investiu mais de três bilhões de reais, desde o início do Mais Médicos, na modernização e manutenção das Unidades de Saúde por todo o país.

O ministro da Saúde ressaltou que, atualmente, 2.340 municípios brasileiros só têm atendimento por médicos do programa, o que, por si só, já justifica sua manutenção. Ele defendeu a aprovação da MP sem alterações no texto.

População beneficiada

Ainda na Audiência Pública, o prefeito de Lagoa Santa (MG), Fernando Pereira Gomes Neto, representando a FNP, disse que milhões de brasileiros são beneficiados pelo programa e que é impossível os municípios darem continuidade ao Mais Médicos sem apoio e recursos federais.



Audiência pública foi realizada no dia 5 de julho

“O que legitima toda a ação desse programa é a satisfação do cidadão com o atendimento que nós, como gestores públicos, temos que oferecer por obrigação. Não é só uma obrigação legal mas também é uma questão humanitária. Se não for o dinheiro público que custeie esse serviço muita gente não vai ter nenhuma assistência médica. Conheço municípios que o único médico da cidade vem desse programa”, destacou o prefeito.

Cadê o Médico?

A necessidade de mais profissionais de saúde foi evidenciada pela campanha “Cadê o Médico?”, promovida pela FNP, em 2013. A iniciativa demonstrou a carência generalizada de profissionais nos municípios brasileiros, em especial no interior e na periferia das grandes cidades, e, com uma coleta de assinaturas, resultou na criação do Programa Mais Médicos para o Brasil ■

Presidente da FNP participa de debates sobre a Governança Territorial



Lacerda apontou os desafios da agenda metropolitana

O prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, participou do seminário internacional “Desenvolvimento e Governança Regional - Diagnósticos e Perspectivas a partir da Região Metropolitana de São Paulo”. O evento ocorreu no dia 9 de junho, no Campus da Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo do Campo/SP.

Da mesa “A inovação institucional na Região Metropolitana de Belo Horizonte” também participaram a secretária executiva de Articulação Institucional e Captação de Recursos da Secretaria das Cidades do governo

de Pernambuco, Ana Suassuna, e o vice-presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa), Luiz José Pedretti.

O presidente da FNP apresentou a experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte na governança territorial. Ele ressaltou que houve

avanços institucionais na Região Metropolitana de BH e citou como exemplo a construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI).

Lacerda apontou os desafios e dificuldades para avançar na agenda metropolitana. “O PDDI não foi completamente absorvido pelos municípios, pois não houve avanço na sua governança. Já com relação à criação da Agência Metropolitana pelo governo do estado de Minas Gerais, destaco que há centralização e verticalização do envolvimento dos municípios o que impede uma discussão mais ampla sobre o desenvolvimento da agenda metropolitana na região de Belo Ho-

rizonte”, disse.

Sobre a necessidade de haver consenso para uma agenda de desenvolvimento metropolitano com planejamento a longo prazo, o presidente Lacerda citou como exemplo a recém aprovada agenda BH 2030 com diretrizes acordadas com sociedade civil, atores políticos e iniciativa privada. O prefeito considerou que a sucessão de boas gestões na prefeitura de Belo Horizonte permitiu um acúmulo de políticas públicas que possibilitaram o prosseguimento de uma cultura democrática de planejamento de longo prazo e boas práticas. O prefeito sugeriu ainda que a agenda metropolitana fosse tratada da mesma forma, superando conflitos de ordem política e federativa.

Conselho das Cidades

Ana Suassuna falou sobre “A governança interfederativa na Região Metropolitana de Recife” e apresentou a estrutura da governança metropolitana do estado do Pernambuco e como o governo tem abordado o desenvolvimento urbano metropolitano ■

BID divulga programa para o desenvolvimento urbano

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está divulgando o programa de financiamento para o desenvolvimento urbano sustentável e qualificação das cidades. O Procidades é um mecanismo de crédito destinado a promover a melhoria da qualidade de vida da população nos municípios brasileiros de pequeno e médio porte. A iniciativa é executada por meio de operações individuais financiadas pelo BID.

O programa financia ações de investimentos municipais em infraestrutura básica e social incluindo: desenvolvimento urbano integrado, transporte, sistema viário, saneamento, desenvolvimento social, gestão ambiental, fortalecimento institucional, entre outras. Para serem elegíveis, os projetos devem fazer parte de um plano de desenvolvimento municipal que leva em conta as prioridades gerais e concentram-se em setores com maior impacto econômico e social, com enfoque principal em populações de baixa renda. O mecanismo foi idealizado pelo governo federal e o BID.

Em outubro de 2006, início do

programa, os recursos foram aprovados no valor total de US\$ 800 milhões. Este valor pode ser renovado a partir da autorização prévia da Diretoria Executiva do BID, assim que 75% dos fundos estiverem comprometidos.

O Procidades concentra o apoio do BID no plano municipal e simplifica os procedimentos de preparação e aprovação de projetos mediante a descentralização das operações. Uma equipe com especialistas, consultores e assistentes atua na representação do Banco no Brasil (CSC/CBR) para manter um estreito relacionamento com os municípios.

“O resultado do Procidades foi a aprovação, no período entre 2007 e 2014, de mais de 20 programas de desenvolvimento urbano em cidades médias que se valeram de financiamentos para projetos de melhoria de bairros, renovação urbana, transporte e mobilidade, serviços básicos, equipamentos sociais e fortalecimento da gestão fiscal e urbana dos governos municipais”, destacou o chefe da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal do BID, Vicente Fretes Cibils ■

Comissão Organizadora reúne representantes de todas as regiões do país

Adão de Souza / PBH



Detalhes da metodologia e da mobilização estiveram na pauta da reunião

Mais de 100 representantes de 40 cidades e três consórcios públicos filiados à FNP, além de 21 presidentes e integrantes de fóruns e redes de secretários municipais, participaram, no dia 1º de julho, em Belo Horizonte/BH, da primeira reunião da comissão organizadora do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública, e de Maringá/PR, Carlos Pupin, vice-presidente de Aviação Regional, também estavam na agenda.

Para Azevedo, a construção do EMDS é um grande desafio ao promover e construir possibilidades para as pautas municipais. “A missão desse grupo é reproduzir, em

atividades, conteúdos e, na mobilização, atrativos para a nova geração de prefeitos”, afirmou o prefeito de Divinópolis.

O secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, apresentou as três edições do EMDS, já consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país e detalhou a agenda preparatória para a quarta edição. “A estrutura de governança do EMDS, assim como as atividades e as agendas preparatórias são bastante complexas para que mais pessoas participem, representando as características e os regionalismos do Brasil”, disse.

Hora do planeta

Ainda na reunião, o prefeito Marcio Lacerda recebeu da WWF Brasil, em nome de Belo Horizonte, o certificado “Capital Nacional

de Desafios das Cidades - Hora do Planeta”. Segundo a WWF, a premiação reflete o reconhecimento internacional do comprometimento do governo municipal com as questões relacionadas à redução na emissão de carbono. O especialista em políticas públicas e relações externas da WWF Brasil, Michel de Souza Rodrigues dos Santos, explicou que é a terceira vez consecutiva que a certificação vai para Belo Horizonte.

A gerente de políticas e estratégia do secretariado para a América do Sul do Iclei, Bruna Cerqueira, recordou que a edição passada da certificação foi entregue à capital mineira durante o III EMDS. “Essa lembrança reforça a parceria entre WWF, FNP e Iclei e como queremos estar juntos no IV EMDS”, enfatizou ■

Reserve sua agenda para o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país

Faltam pouco mais de nove meses para o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. De 24 a 28 de abril de 2017, o Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, receberá mais milhares de participantes para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS).

Uma nova geração de prefeitos eleitos e reeleitos, vice-prefeitos, ministros, parlamentares, gestores municipais, agentes de desenvolvimento, empresários e sociedade civil estarão reunidos para debater sustentabilidade urbana, desenvolvimento local, enfrentamento da

crise fiscal, resiliência, governança e o papel das cidades no país e no mundo.

Mantendo formato inovador a cada edição, as atividades serão organizadas em Arenas de Diálogo, Fóruns Ted-alike, Salas Temáticas, Caminho das Cidades, Ponto de Encontro, Expo Cidades. Nesses espaços, os participantes terão a oportunidade de compartilhar experiências, conhecer práticas exitosas, acumular informações sobre importantes temas e disseminar boas ideias sobre políticas de desenvolvimento, pautadas na sustentabilidade social, econômica e ambiental ■

RESERVE
SUA AGENDA

IV ENCONTRO
MUNICÍPIOS
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

REINVENTAR O MUNICÍPIO
E A GOVERNANÇA

24 a 28 ABRIL
Estádio Mané Garrincha

Agendas



O EMDS é um evento construído por muitas pessoas que colaboram na definição de metodologias, conteúdos e estratégias de mobilização. Para essa articulação preliminar, a organização do evento tem uma agenda de reuniões em várias regiões do país. Com o objetivo de facilitar e promover o engajamento de todos os envolvidos, a FNP disponibiliza a agenda na Internet, aos integrantes da Comissão Organizadora. As próximas atividades também podem ser conferidas na agenda do Jornal FNP.

Prefeitos definem diretrizes para a construção do IV EMDS

Dirigentes da FNP estiveram reunidos em Belo Horizonte/MG, no dia 30 de junho, com o objetivo de dar as coordenadas e tomar decisões sobre a organização do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Participaram da atividade os prefeitos da capital mineira, Marcio Lacerda, presidente da FNP, de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente, e de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública.

O IV EMDS está marcado para os dias 24 a 28 de abril de 2017, em um dos mais belos cartões postais

de Brasília/DF, o Estádio Nacional Mané Garrincha. Temas como o macrozoneamento de ocupação do estádio, o calendário de agendas preparatórias e de organização, o orçamento e as formas de captação, além das metodologias estiveram na pauta da reunião. “Este trabalho de organização do evento reunirá centenas de pessoas. O EMDS é resultado de uma construção coletiva e será fundamental para promover o diálogo com a próxima geração de prefeitos e prefeitas”, afirmou Marcio Lacerda.

O IV EMDS terá como subtema “Reinventar o financiamento e a governança das cidades” e será desdobrado em eixos temáticos.



Prefeitos encaminham questões para realização do evento

“O temário do evento tem que estar muito alinhado com a vida e os problemas dos municípios”, salientou Maguito Vilela.

Os prefeitos dividiram-se em subcomissões temáticas para coordenar os trabalhos da Comissão Organizadora. “É mais efetivo se cada prefeito cuidar de um item e estivermos alinhados nos encaminhamentos maiores”, disse Azevedo.

O IV EMDS terá, pela segunda vez, uma importante feira com empresas que apresentam soluções para os problemas das cidades.

Também participaram da reunião o secretário de Governo e Integração Institucional da prefeitura de Aparecida de Goiânia, Euler de Moraes, a assessora de Relações Internacionais da prefeitura de Belo Horizonte, Stephania Aleixo,

além da equipe técnica da FNP.

Além dos prefeitos presentes, a coordenação política do IV EMDS é composta pelos prefeitos de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico e Guarujá/SP, Maria Antonietta, vice-presidente de Finanças Públicas ■

IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FINANCIAMENTO E GOVERNANÇA DAS CIDADES
24 a 28 de abril 2017
Estádio Nacional Mané Garrincha | Brasília - DF



FNP, WRI Cidades Sustentáveis e WRI Brasil firmam parceria para execução de projetos



Projetos terão desdobramentos no IV EMDS

Com o objetivo de fornecer suporte, elaboração e implementação de projetos relacionados à sustentabilidade das cidades, foi assinado, no dia 1º de julho, Acordo de Cooperação entre a FNP, WRI Brasil - Cidades Sustentáveis e a WRI Brasil. A solenidade ocorreu durante a reunião da Comissão Organizadora do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), em Belo Horizonte/MG. Participaram da cerimônia, além do prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o diretor-geral do WRI Brasil - Cidades Sustentáveis, Antônio Lindau e a diretora executiva do WRI Brasil, Rachel Biderman.

“Estamos muito felizes com esse acordo, porque é uma grande chance de ampliarmos nossas parcerias com mais cidades, como já temos com Belo Horizonte, por exemplo”, falou Lindau.

O presidente da FNP destacou a importância da parceria, baseado na experiência da capital mineira. “É muito importante essa cooperação da FNP com WRI. Em Belo Horizonte conhecemos como essa assessoria técnica estimula e auxilia fortemente as cidades em diversas áreas”, completou.

O acordo

Com prazo de vigência de 24 me-

ses, o objetivo da parceria também consiste na transferência de conhecimento e exemplos aos governantes e aos gestores locais mediante a produção de conteúdo, publicações, oficinas de trabalho, seminários, encontros e eventos correlatos, bem como outras atividades ou projetos que sejam objetos deste acordo mediante termo aditivo.

Esses projetos deverão contemplar ações, sempre que possível, no âmbito da preparação e/ou realização do EMDS, podendo ser elas lançamento e promoção de projetos, lançamento de plataformas, workshops, seminários e outras atividades. ■

Personalidades aderem à campanha de proteção a crianças e adolescentes durante jogos olímpicos



O atleta olímpico de saltos ornamentais Hugo Parisi e a atriz da Rede Globo Elizabeth Savala entraram na campanha conjunta “Respeitar Proteger Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”. Ambos cederam suas imagens de maneira gratuita e solidária, à iniciativa que tem como foco a proteção integral das crianças e adolescentes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A expectativa é que as ações de mobilização e engajamento ultrapassem o período da competição e sejam replicadas e disseminadas em mais eventos de grande porte. A meta é envolver o máximo de instituições, governos e organizações da sociedade civil durante a maior competição esportiva do mundo, na prevenção de cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: a exploração sexual infantojuvenil, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes perdidos ou desaparecidos.

Para Hugo Parisi, a campanha acontece em um momento muito oportuno, uma vez que educação e acesso ao esporte são direitos da criança e do adolescente. “É por meio da garantia desses direitos que elas conseguirão se desenvolver em qualquer área. As Olimpíadas nos mostram que todos são iguais e que podemos realizar nossos sonhos. Para isso temos que acreditar e ter oportunidade”, ressaltou. O atleta também é embaixador do projeto social Saltando para o Futuro, realizado pela Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos em parceria com os Correios, e que atende 50 crianças de escolas públicas do Distrito Federal na inclusão do esporte, especialmente saltos ornamentais.

Ações

Além de informar à população e aos turistas sobre as violações dos direitos das crianças e adolescentes mais recorrentes em grandes eventos, a campanha vai divulgar os principais canais de denúncia ao público e aos turistas para que acionem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) a qualquer sinal de

violação: o Disque 100 e o aplicativo Proteja Brasil. Além de cartazes, banners e a entrega de brindes e folders, a campanha também está nas redes sociais - Facebook, Twitter e Instagram, além do site da FNP e demais parceiros do projeto.

No período das Olimpíadas, também serão instalados plantões integrados, pelo Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro, locais com todo o suporte técnico, o que envolve cerca de mil profissionais, para prestar esclarecimentos ao público durante os jogos. Os plantões integrados estarão identificados com a marca da campanha. A ação também contará com mais de 100 voluntários que vão atuar na sensibilização da população e tirar dúvidas sobre as principais violações.

Durante os jogos, os voluntários também incentivarão o público da orla de Copacabana e das Live Sites a postar fotos e textos sobre a campanha. As Live Sites são espaços abertos ao público onde será promovida a festa do esporte, com a transmissão de jogos ao vivo, exibição de filmes, eventos e atividades para todas as idades. Serão três locais distribuídos pela cidade do Rio de Janeiro: o Boulevard Olímpico, na região central; o Parque Madureira, na Zona Norte; e Campo Grande, na Zona Oeste. A expectativa é que a sociedade se engaje na campanha por meio das hashtags #EuRespeito #EuProtejo #EuGaranto e se sensibilize sobre a importância da proteção integral da criança e do adolescente.

Projeto

A campanha faz parte do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, uma continuidade da ação promovida para a Copa do Mundo FIFA 2014 que, à época, tinha como meta o combate à exploração sexual infantil. A realização é da FNP, com cofinanciamento da União Europeia (UE) e parceria do Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT) (França), das prefeituras de Porto Alegre (RS) e do Rio de Janeiro (RJ) e do Fundo das Nações

Unidas para a Infância (Unicef).

A iniciativa também conta com o apoio do governo federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, da Rede Mercocidades, do Programa de Cooperação 100 Cidades para 100 Projetos Brasil-Itália, da Childhood Brasil, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPE-TI), da ECPAT Brasil, do Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ), do Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e da Rede de Gestores formada por representantes das cidades de Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Manaus/AM e São Luís/MA.

Também colaboram com o projeto: o Ministério Público do Tra-

balho, a Fundação Abrinq, a Rede Accor, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do estado de São Paulo/SP (ABIH-SP), a Associação Brasileira de Agentes de Viagens do Rio de Janeiro (ABAV-Rio), o Shopping Madureira, a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), o Instituto Invepar, a Ancar Invanhoe Shopping Centers, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), a Happy Child, a Latam, a Brasil Saúde & Ação (Brasa), a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) e o Sistema Nações Unidas no Brasil.

Empresas, instituições da sociedade civil e governos estaduais e municipais interessados em aderirem à campanha devem entrar em contato com a FNP, pelo e-mail projetos@fnp.org.br.

Informações:

www.fnp.org.br

Facebook.com/RespeitarProtegerGarantir

Twitter @RedeRespeitar

Instagram @RespeitarProtegerGarantir ■



Prefeito de Orlando agradece manifestação de apoio da FNP

Em solidariedade às vítimas e à população de Orlando (Flórida /EUA), diante do maior atentado a tiros do país, ocorrido no dia 12 de junho, em uma boate para o público LGBT, a FNP enviou mensagem ao prefeito da cidade, Buddy Dyer. No agradecimento, Dyer destacou a importância do apoio

internacional. Uma mensagem semelhante também foi enviada à presidente da United States Conference of Mayors - USCM (Associação de Prefeitos dos Estados Unidos), a prefeita de Baltimore, Stephanie Rawlings-Blake.

Confira a íntegra das mensagens:



Ao Senhor
Buddy Dyer
Prefeito de Orlando - Flórida (EUA)

Com muita tristeza registramos nossa solidariedade aos familiares e amigos das vítimas e a toda a população de Orlando diante da tragédia ocorrida no fim de semana.

Nós, prefeitos e prefeitas brasileiros, reiteramos a importância do respeito à diversidade e da luta por avanços na igualdade de direitos para todos, independentemente de sexo, cor, religião e orientação sexual.

Esses princípios dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, em especial com o ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

Repudiamos todas as formas utilizadas para expressar atitudes de ódio contra qualquer ser humano. Cada vez mais precisamos fortalecer a cultura da paz, a afirmação da diversidade e da tolerância como elementos essenciais da sociedade democrática.

Reafirmamos, ainda, o compromisso de continuarmos lutando para construir cidades mais justas, solidárias e humanas.

Uma mensagem de solidariedade também foi enviada à presidente da USCM, a prefeita de Baltimore, Stephanie Rawlings-Blake.

Marcio Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte/MG - Brasil
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

Prezado prefeito Lacerda,

Obrigado pelas gentis palavras de apoio. Estamos alegres em saber que você e seus companheiros prefeitos nos estenderam a mão.

Domingo foi o dia mais terrível na história da cidade de Orlando. E, no entanto, hoje estou ainda mais orgulhoso de nossa comunidade, porque eles vieram juntos, unidos para apoiar as famílias e amigos das vítimas.

Graças a atos heróicos do Departamento de Polícia de Orlando, dos órgãos de justiça e de nossos cidadãos, centenas de vidas foram salvas durante toda a noite. As equipes médicas, que salvaram tantas vidas transportadas para hospitais, são heróis.

Estou orgulhoso de como a nossa cidade tem respondido a esta tragédia e a da dedicação que nossa cidade continua a mostrar.

Nós não seremos definidos pelo ato de um inimigo covarde. Nós seremos definidos pelo modo como reagimos, como tratamos uns aos outros.

Buddy Dyer
Prefeito

Prefeitos recebem prêmio pela atuação na proteção de crianças e adolescentes

A Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), entidade voltada à proteção dos direitos da criança e do adolescente, premiou prefeitas e prefeitos de várias partes do país, no dia 22 de junho. A cerimônia da 5ª edição do prêmio “Prefeito Amigo da Criança” (PPAC) foi realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF e reconheceu os governantes locais que honraram os compromissos assumidos na melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes em seus municípios.

O prêmio reconhece a gestão 2013 até 2016 e contou com a adesão de mais de 1.542 prefeitos. Na categoria “Reconhecimento Pleno” foram premiados 102 prefeitos. Na categoria “Boas Práticas” foram agraciados os prefeitos de Belém/PA, Zenaldo Coutinho; Major Sales/RN, Thales Fernandes; Boa Vista/RR, Teresa Surita, Petrópolis/RJ, Rubens Bomtempo e de Lençóis Paulista/SP, Izabel Lorenzetti. A terceira premiação foi na categoria “Destaque Nacional” e os prefeitos premiados foram Francinete Carvalho, Abaetetuba/PA; Júlio Fernando, Capão Bonito/SP; Roberto Hashioka Soler, Nova Andradina/MS; Carlos Grana, Santo André/SP; Veveu Arruda, Sobral/CE e Marcio Lacerda, Belo Horizonte/MG.

Segundo Lacerda, presidente da FNP, este é o maior prêmio recebido em sua gestão. O prefeito venceu pela segunda vez o Prêmio Prefeito Amigo da Criança, na categoria Destaque Nacional.

“O terceiro setor se torna cada dia mais importante na sociedade para a construção de políticas

dos municípios, por isso devemos estimular sempre o trabalho voluntário. Existe uma consciência no mundo atual de que as cidades têm um papel importante na política nacional e internacional para a construção de um mundo melhor, e nessa construção estamos avançando nas políticas das crianças e adolescentes”, ressaltou Marcio Lacerda.

O presidente da Fundação Abrinq, Carlos Antonio Tilkian, destacou que há que se prosseguir na construção de políticas voltadas às crianças e adolescentes. “São sete milhões de crianças vivendo em extrema pobreza, três milhões são submetidas a trabalho precoce e 121 a cada mil morrem antes de completar cinco anos de idade”, disse.

Atuação da FNP

A FNP atua na divulgação e promoção de políticas de crianças e adolescentes. Durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Brasil, a FNP promoveu a “Não Desvie o Olhar”, campanha de sensibilização contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa foi implementada em 16 países da Europa e no Brasil.

Atualmente, a entidade trabalha na mobilização para a proteção mais ampla de crianças e adolescentes em grandes eventos.

A Fundação Abrinq é parceira institucional da FNP na realização do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, já consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. O evento, promovido pela FNP, reuniu, em sua última edição, quase 10 mil pessoas ■



Prêmio contou com adesão de mais de 1.500 prefeitos

Abrasf debate pagamento de precatórios



Precatórios e dívidas dos municípios com a União foram pautas dos debates

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) promoveu sua 2ª Assembleia Geral Ordinária de 2016, de 22 a 24 de junho, em Curitiba/PR. Novas regras do Simples Nacional, desvinculação de receitas da União, precatórios, depósitos judiciais, instrumentos urbanísticos e o fechamento das contas foram algumas das pautas do encontro, que reuniu secretários de Finanças/Fazenda das capitais brasileiras e contou com

a participação do prefeito anfitrião, Gustavo Fruet e do secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre.

“O que está gerando desequilíbrio é que não há a devida repactuação financeira por parte dos Estados e da União. Por isto esta reunião é importante, pois tem a tarefa de analisar este momento e definir maneiras de enfrentar as crescentes demandas que enfrentam as cidades”, disse Fruet.

Na ocasião, os secretários fica-

ram comprometidos em promover um levantamento do valor do serviço da dívida que os municípios contabilizarão até o final deste ano com os bancos públicos (Caixa Econômica, Banco do Brasil, e Banco Nacional de Desenvolvimento). Essa pauta, proposta pela FNP, também fez parte dos temas da 2ª Assembleia.

Precatórios

Demanda recorrente da FNP, os precatórios também foram assunto do encontro de secretários. Na ocasião, Perre fez um convite para que os gestores municipais participassem da reunião de caráter técnico para debater duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), que tramitam na Câmara dos Deputados e instituem regime especial para pagamento de precatórios. O evento, promovido pela FNP, ocorrerá no dia 8 de julho, em São Paulo/SP ■

Congemas elege nova diretoria

A nova Diretoria Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) foi eleita dia 24 de maio, no 18º Encontro do Colegiado, em Brasília/DF. A secretária municipal de Russas/CE, Vanda Anselmo dos Santos é a nova presidente do Colegiado e exercerá o mandato até 2018.

Além da presidente, a chapa, eleita por aclamação, é formada por vice-presidente, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, cinco conselheiros fiscais, cinco articuladores regionais, cinco articuladores municipais, definidos por porte de município e 11 suplentes.

“É com muita emoção que eu, juntamente com toda essa diretoria aqui representada por todos os estados brasileiros, assumo esse grande desafio que é consolidar o Sistema Único de Assistência Social. Sabemos que temos um país de extensão territorial, ético e cultural, e que precisamos estar cada vez mais fortaleci-

dos na luta pela garantia dos direitos. Por isso, nós estamos aqui lutando por milhares de brasileiros que precisam de nós, cotidianamente. Não com caridade, não com clientelismo, mas com uma política pública de direito”, destacou Vanda.

Além da eleição da nova diretoria, o 18º Encontro Nacional do Colegiado Nacional apresentou a Prestação de Contas referente ao período de janeiro de 2015 a abril de 2016; alterou o Estatuto da entidade e fez a escolha das cidades-sede dos Encontros Regionais e do 19º Encontro Nacional do Congemas ■



Vanda Anselmo dos Santos

Processo para abertura de novas vagas em cursos de Medicina continua parado no TCU

Em sessão plenária nesta quarta-feira, 06, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rego pediu novamente vista ao processo nº 022.106/2015-4, referente à abertura de 2.290 vagas em cursos de Medicina em 39 municípios. Seu pedido se deu a partir da proposta de acórdão da ministra Ana Arraes, relatora, pela anulação do edital nº 06/2014, do Ministério da Educação para a seleção. Por entender como uma demanda importante, a relatora solicitou que o

processo seja devolvido na sessão do dia 13 de julho.

Diante do pleito de prefeitos pela celeridade na decisão do TCU e a preservação do edital nº 6/2014, de forma a permitir a realização de vestibulares para Medicina ainda em 2016, a FNP encaminhou, no dia 04 de julho, nota técnica à Presidência da República. O documento foi elaborado a pedido do prefeito de Rio Claro/SP, Du Altimari.

De acordo com o documento, o aumento do número de vagas para graduação e em residências médicas é importante para que, depois de formado, o profissional possa permanecer na região.

A liberação da abertura de novos cursos de medicina é uma pauta fundamental para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. O tema foi abordado na carta: “Propostas Urgentes e Estruturantes para a Vida nas Cidades”, construída pelos prefeitos da FNP no dia 18 de maio. O documento foi entregue ao ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira,

endereçado ao Presidente da República interino, Michel Temer.

Andamento do processo no TCU

Em razão da suspensão do edital de convocação, no dia 1º de dezembro de 2015, uma delegação de prefeitos de municípios afetados pela decisão se reuniram em audiência com a ministra relatora, Ana Arraes, e com os ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Vital do Rego, Benjamin Zymler e Bruno Dantas, para pedir celeridade ao TCU na deliberação sobre o processo.

Após o encontro, o processo chegou a constar na pauta da sessão do plenário do TCU por três vezes. Na primeira (2/12), a apreciação foi adiada, na segunda (9/12), foi objeto de pedido

de vistas pelo ministro Augusto Nardes e na terceira (17/02) foi objeto de pedido de vistas pelo ministro Vital do Rego.

No dia 23 de fevereiro, uma delegação de prefeitos esteve em Brasília para novas audiências

sobre o assunto. A comitiva de prefeitos foi recebida no TCU pelos ministros Walton Alencar, Vital do Rego e Ana Arraes, pelos chefes de gabinete dos ministros Augusto Nardes e Augusto Sherman e por assessores do ministro Bruno Dantas.

No mesmo dia, prefeitos e prefeitas se reuniram com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, e com o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marco Antonio de Oliveira.

O processo constou ainda da pauta da sessão do Tribunal no

dia 24 de março, no entanto, foi retirado pela ministra-relatora devido ao recebimento de duas novas representações contra o edital, que foram apensadas ao processo.

Em março, a FNP deliberou por ingressar no processo como Amicus Curiae para apresentação de um parecer jurídico sobre o tema, com argumentos técnicos que contestassem as alegações que sustentam o pedido de anulação do edital. Após a apresentação do parecer da FNP, as áreas técnicas do TCU manifestaram-se pela preservação do atual edital, mudando entendimento anterior, alegando que é necessário evitar prejuízos aos municípios e garantir segurança jurídica. Trata-se de manifestações técnicas e preliminares, ainda sendo necessário o posicionamento da ministra Ana Arraes e do plenário do TCU.

O pleno do TCU se reúne semanalmente, mas passados oito meses, ainda não houve deliberação sobre o processo em questão e segue interrompida a abertura das faculdades de medicina em 39 municípios ■



Prefeito Du Altimari, de Rio Claro/SP

Temer sanciona Lei que prevê entrada em imóveis fechados para combate ao *Aedes aegypti*

Divulgação



Atendendo à demanda apresentada pela FNP, o presidente da República interino, Michel Temer, sancionou, no dia 27 de junho, a lei nº 13.301/2016, que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da Dengue, da febre Chikungunya e do Zika vírus. A nova regra, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de junho, é resultado de Medida Provisória (MP) enviada ao Congresso Nacional em 1º de fevereiro.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/BH e presidente da FNP, Marcio Lacerda, a entrada forçada em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue era “uma questão jurídica complicada, que

precisava de uma pacificação jurídica nacional”.

O ingresso de agentes de saúde em imóveis públicos e particulares fechados ou abandonados para a eliminação de focos de reprodução do *Aedes aegypti* foi uma sugestão do presidente da FNP durante reunião realizada no dia 8 de dezembro de 2015, com governadores e prefeitos no Palácio do Planalto.

A Lei

Pela Lei, o ingresso forçado dos agentes está garantido quando o imóvel está com sinais visíveis de abandono; quando, após duas visitas, não for possível localizar alguém que permita a entrada no imóvel ou quando houver uma recusa em permitir a entrada do agente público. Estão previstas também visitas a imóveis aos sábados, realização de campanhas educativas, universalização de acesso a esgoto e água potável, incentivo a desenvolvimento de pesquisas e incorporação de novas tecnologias de vigilância em saúde.

A exemplo do benefício de prestação continuada concedido a pessoas com deficiência, com a Lei as mães de bebês com microcefalia em decorrência de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* também terão direito a um salário mínimo, além de terem a licença-maternidade prolongada para seis meses.

Ainda conforme o texto sancionado fica determinado também a criação do Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmitidas pelo *Aedes* (Pro-naedes) para financiamento de projetos de combate à proliferação do mosquito.

Vetos

Os artigos que previam incentivos fiscais para pessoas físicas ou jurídicas dispostas a fazerem doações para projetos de combate ao mosquito e o que previa isenção de impostos para produtos relacionados ao combate ao mosquito foram vetados.

De acordo com Temer, os pontos “embora meritórios, representariam renúncia de receita, indo de encontro ao esforço de equilíbrio das contas públicas” ■



FNP é parceira na realização de Fórum internacional em Olinda

A Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas e a Comissão Europeia promovem em Olinda/PE, de 27 a 29 de julho, o Beyond 2020. O fórum internacional, que tem a parceria da FNP, vai reunir prefeitos, gestores municipais, pesquisadores e sociedade civil para debates sobre inovações urbanas.

Segundo a organização do Fórum, “a inovação social no contexto da cidade deve ser o foco do ecossistema de inovação urbana e garantir que a tecnologia dê suporte a todo cidadão”.

A utilização da FIWARE, plataforma tecnológica em que estão disponíveis serviços e aplicações no mesmo formato, é uma das te-

máticas do encontro. O sistema será avaliado com base na utilização em setores como desenvolvimento local, turismo e política.

O presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação, André Gomyde, o superintendente do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife/PE, Sérgio Cavalcante, e a coordenadora do gabinete de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre/RS, Maria Fernanda Bermúdez, estão entre os palestrantes do evento.

Interessados em participar do evento podem se inscrever no endereço eletrônico www.beyond-2020.com ■

Prefeito, filie seu município à FNP

(61) 3044-9800
www.fnp.org.br

FNP Frente Nacional de Prefeitos

Câmara instala Frente Parlamentar sobre Cidades Inteligentes e Humanas

O coordenador de Projetos e Articulação Institucional da FNP, Paulo Miotto, participou, no dia 21 de junho, na Câmara dos Deputados, da primeira reunião de trabalho para instalação da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Cidades Inteligentes e Humanas. Dirigida pelo deputado federal Vitor Lippi (SP), o encontro teve como objetivo avaliar o uso das tecnologias para a melhoria das gestões públicas, da qualidade de vida, da modernização das cidades e na construção de uma agenda positiva para o Brasil.

Segundo Miotto, a Frente Parlamentar, que ainda está em processo de formalização no Congresso Nacional, foi criada para construir um Programa Nacional de Cidades Inteligentes e Humanas que promova a divulgação e atuali-

zação de conceitos de Smart Cities. A expectativa é que o colegiado trabalhe no sentido de catalogar experiências bem sucedidas no Brasil e no mundo e usar esses casos como exemplos motivadores e transformadores das cidades brasileiras. Ainda conforme o coordenador da FNP, durante a reunião foram formados cinco Grupos de Trabalho (GT) para discutir os temas: Governança, Mobilidade Urbana, Energia, Parcerias Público Privadas (PPP) e Legislação, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Para Lippi, o mote das Cidades Inteligentes e Humanas precisa receber especial atenção do Congresso Nacional pela importância estratégica para os municípios brasileiros. “Essa é uma pauta que não se esgota e, para isso, precisa-

mos criar uma agenda de trabalho, bem planejada, que apresente propostas positivas, afinal, este é um trabalho permanente e precisamos começar de forma organizada para alcançarmos resultados efetivos”, afirmou o deputado e presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Cidades Inteligentes e Humanas. Ainda de acordo com o deputado, é preciso identificar as prioridades no setor para planejar as ações.

No final do dia, líderes empresariais e instituições apresentaram uma série de propostas que serão estudadas pelos membros da Frente Parlamentar. A finalidade é identificar os gargalos e soluções, e a articulação de legislações adequadas à realidade dos municípios brasileiros, para que a aplicação de inovações e programas, no desen-

volvimento de cidades inteligentes, seja feita de maneira efetiva.

Frente Parlamentar Mista em Apoio às Cidades Inteligentes e Humanas

A Frente Parlamentar Mista em Apoio às Cidades Inteligentes e Humanas conta com mais de 300

assinaturas de deputados e senadores. Entre os parceiros estratégicos estão a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, o Instituto Smart City Business América, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia ■



iniciativa conta com mais de 300 assinaturas de parlamentares

Paulo Negreiros / FNP

FNP promove debate sobre PECs de precatórios e renegociação de dívidas dos municípios com a União

No dia 8 de julho, em São Paulo/SP, a FNP promoverá uma reunião de caráter técnico para debater duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), que tramitam na Câmara dos Deputados e instituem regime especial para pagamento de precatórios. Estratégias para a renegociação das dívidas dos municípios com a União e bancos públicos também serão tratadas na reunião (Saiba mais sobre esse tema na página 3).

Procuradores municipais e secretários de finanças foram convidados para fazer uma análise comparativa das PECs. O grupo também deve construir uma proposta de posicionamento a ser levada à consideração dos prefeitos da FNP. Representantes de 24 cidades já estão confirmados para a reunião.

As PECs

A PEC 233/2016, além de estabelecer um percentual da receita corrente líquida para pagamento de precatórios e um prazo para o regime especial, também institui a possibilidade do uso de depósitos judiciais como alternativa para o pagamento. Originalmente nº 74/2015 na Câmara e nº 159/2015 no Senado, a PEC 233/2016 está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados e tem como relator o deputado Jutahy Junior (BA).

Também será debatida a PEC 212/2016, original nº 152/2015 no Senado, que também está na CCJC e tem como relator o deputado Arnaldo Faria de Sá (SP) ■

Programação

14h

Debate sobre as PEC's de Precatórios;

Apresentação de quadro comparativo entre a PEC 233/2016 e PEC 212/2016;

Debate sobre o conteúdo das PEC's;

Construção de posicionamento e estratégia de atuação para ser levada à consideração da diretoria da FNP.

15h30

Debate sobre estratégia de negociação com Ministério da Fazenda;

Queda nas transferências de recursos da União para os Municípios;

Regulamentação do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Estratégias para a renegociação das dívidas dos municípios com a União e bancos públicos.

OCPF e IPEA realizam oficina para aferir boas práticas de consórcios públicos

No dia 24 de junho, o Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) e o Ipea organizaram uma Oficina sobre Metodologia de Aferição de Boas Práticas em Consórcios Públicos com objetivo de estabelecer indicadores para apuração e identificação de experiências exitosas na governança de consórcios públicos. Realizada na sede da FNP, em Brasília/DF, o encontro contou com a participação de representantes de consórcios públicos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da CAIXA, Caixa Econômica Federal, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da SAF - Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República e da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

O técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Constantino Cronemberger, falou do papel do instituto na identificação de boas práticas. "O Ipea tem o papel de tentar organizar informações e dimensionar quais os indicadores mais relevantes para o estudo que pretendemos fazer aqui. Outra questão é gerar uma metodologia capaz de criar critérios de avaliação, seja por meio de índices ou de outras ferramentas, que possam avaliar e identificar as boas práticas", explicou. Cronemberger destacou a importância da oficina para "discutir questões de definição e de-



Desde 2015, consórcios podem se filiar à FNP

limitação do problema, fundamental para ter uma ideia mais concreta de atuação", disse. Para ele a expectativa é criar estudos com o OCPF a FNP com definição de formas de avaliação e de acúmulo de experiências entre vários consórcios, permitindo comparações e temo uma base de referências de boas práticas para reaplicação. "Importante conhecer as experiências que são muito ricas e que se diferenciam devido ao perfil de cada região, devido as diferenças de várias ordens. É necessário estudar um critério comparativo que compreenda as diferenças entre os consórcios nas várias regiões do país", finalizou.

A oficial de programa do PNUD,

Ieva Lazareviciute, destacou a importância da política de consórcios para o Pnud, e falou do trabalho do Programa voltado para o fortalecimento municipal e disseminação de boas práticas, realizado no Brasil e no mundo. Para Ieva, as questões de consórcio representam essas boas práticas e a oficina é uma oportunidade para discutir essa importante ferramenta de desenvolvimento local. "A cooperação é o jeito melhor de colaborar, achar soluções. Inovação é essencial para implementar a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, melhorar as condições de vida, as políticas públicas", explicou.

De acordo com o gerente nacio-

nal da Caixa, Marcus Rego, o papel da instituição nesse processo é de contribuir com conhecimento e experiência acerca dos consórcios públicos. "Os Consórcios Públicos são clientes e parceiros do banco, pois atuam no setor público na implementação de programas e na prestação de serviços públicos. O fato de a Caixa ser o principal agente de políticas públicas do governo federal a coloca como ator privilegiado de interlocução com os entes federativos, inclusive aqueles associados em consórcios públicos", explicou.

Filiação de Consórcios Públicos

Com objetivo de fortalecer a

agenda do consórcio público no municipalismo brasileiro a filiação de consórcios públicos à FNP foi aprovada pelos prefeitos da Diretoria, durante a 67ª Reunião Geral da entidade, em abril de 2015. Desde então, a entidade já conta com a filiação de cinco consórcios públicos: o Consórcio Intermunicipal Grande ABC; o Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Mulheres das Gerais); o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud); o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapeperica (Cisvi); e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrião Paranaense (Cisamusep) ■